

# Região esbanja vagas no setor de alimentação

Segundo a Abrasel, sobram oportunidades e a mão de obra é escassa para funções como sushiman, churrasqueiro, chefe de cozinha e cozinheiro nos bares e restaurantes da RMC

O setor de alimentação fora do lar é um dos principais motores do mercado de trabalho na RMC (Região Metropolitana de Campinas), que inclui os municípios de Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Monte Mor e Paulínia. De acordo com a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Regional Campinas, empresários afirmam que sobram vagas de emprego em bares e restaurantes pela dificuldade em encontrar profissionais com mão de obra



Estabelecimentos comerciais da região de Campinas são 'celeiro' de oportunidades

especializada, a exemplo de sushiman, churrasqueiro, chefe de cozinha e cozinheiro. Campo fértil para quem busca uma oportunidade de trabalho, a área gastronômica tem sido porta de entrada para jovens que procuram o primeiro emprego. A Abrasel não tem números atualizados sobre a quantidade de vagas em aberto no setor de bares e restaurantes na RMC. A entidade estima que há pelo menos 12 mil postos de trabalho a serem preenchidos. **PÁGINA 07**

# Sumaré estuda PPP para aumentar vagas e infraestrutura na Educação

Segundo informações do secretário de Educação de Sumaré, Danilo de Azevedo, uma das metas da pasta é buscar parcerias junto à iniciativa privada para captar recursos, modernizar serviços e ofertar mais vagas na cidade **PÁGINA 12**

## EDUCANDO PARA VIDA



### Escola de Voleibol transforma vidas de jovens na região

A prática esportiva vai além das quadras: é uma poderosa ferramenta de transformação social, emocional e educacional. Com essa visão, nasceu a Escola de Voleibol: Educando para a Vida, um projeto que vem impactando positivamente as comunidades de Sumaré e Hortolândia, oferecendo aulas gratuitas de vôlei para crianças de 10 a 14 anos. Idealizado por Hugo Jasiulionis, o projeto é fruto de um sonho antigo e do esforço coletivo para ampliar oportunidades na região. **PÁGINA 03**

## LOGÍSTICA EM ALTA



### Ampliação de empresa vai abrir 300 empregos em Paulínia

Paulínia está prestes a ganhar um importante reforço na geração de empregos e no desenvolvimento econômico. O Grupo Toniato, empresa do setor logístico, anunciou um projeto de ampliação de suas operações no município, o que resultará na contratação de aproximadamente 300 novos funcionários. A informação é do prefeito Danilo Barros (PL). O chefe do Executivo celebrou a iniciativa e destacou a relevância da expansão para a economia local. **PÁGINA 06**

# CONTAS DA CÂMARA DE HORTOLÂNDIA DE 2022 SÃO APROVADAS

## PERÍODO DE TOLERÂNCIA

### Grupos prioritários poderão ter dobro de tempo para estacionar

Um projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de Sumaré propõe ampliar o período de tolerância para a saída de determinados grupos de estacionamentos privados, como shopping centers e centros comerciais. O PL concede o dobro do tempo de tolerância para idosos, pessoas com deficiên-

cia, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down, bem como seus acompanhantes. A proposta, de autoria do vereador Wellington Souza (PT), visa garantir maior acessibilidade e comodidade para essas pessoas ao utilizarem estacionamentos. **PÁGINA 12**



Projeto de lei de Wellington Souza (PT) tramita na Câmara









# Escola de voleibol transforma vidas de jovens em Sumaré e Hortolândia

Associação Amigos de Nova Veneza oferece aulas gratuitas de vôlei para crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos e promove inclusão no universo esportivo; projeto atende atualmente 100 pessoas e tem fila de espera de mais de 60

Da Redação • REGIÃO  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A prática esportiva vai além das quadras: é uma poderosa ferramenta de transformação social, emocional e educacional. Com essa visão, nasceu a Escola de Voleibol: Educando para a Vida, um projeto que vem impactando positivamente as comunidades de Sumaré e Hortolândia, oferecendo aulas gratuitas de vôlei para crianças de 10 a 14 anos. Idealizado por Hugo Jasiulionis, professor de Educação Física e voluntário da Associação Amigos de Nova Veneza (Sanova), o projeto é fruto de um sonho antigo e do esforço coletivo para ampliar oportunidades na região.

“Acredito que o esporte desenvolve não apenas as técnicas da modalidade, mas também promove o desenvolvimento integral do praticante, abrangendo dimensões físicas, sociais e éticas”, explica Hugo.

Desde 2020, a iniciativa cresceu de um pequeno espaço no quintal da Sanova para três núcleos ativos: na Escola Estadual Ângelo Campo, em Nova Veneza; na ETEC/FATEC do Jd. Luiz Cia, em Sumaré; e na Escola Estadual Professora Liomar Freitas, em Hortolândia.



Empresas patrocinadoras do projeto podem solicitar deduções fiscais ao investir na iniciativa

Atualmente, o projeto atende regularmente 100 crianças e adolescentes, com uma lista de espera de mais de 60. Cada núcleo é equipado com materiais esportivos adequados e conduzidos por profissionais capacitados, que não apenas ensinam técnicas de vôlei, mas também trabalham o desenvolvimento de competências socioemocionais, como resiliência, empatia e autoconfiança.

A aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte foi um marco essencial para viabilizar o projeto em sua estrutura atual. Essa

legislação federal permite que pessoas físicas e jurídicas destinem parte do seu Imposto de Renda para iniciativas esportivas. “O maior desafio foi garantir que todos os requisitos legais fossem atendidos, desde a regularidade fiscal da entidade até a comprovação da nossa capacidade técnica. Mas valeu a pena”, afirma Hugo.

Além de promover a inclusão social, o projeto tem como metas reduzir a evasão escolar, melhorar o desempenho acadêmico dos alunos e incentivar a prática de atividades físicas

de forma segura e regular. Cerca de 80% das crianças atendidas estão matriculadas em escolas públicas, e o objetivo é manter uma taxa de assiduidade de 95%.

O sucesso da Escola de Voleibol depende do apoio de empresas voluntárias e da comunidade. “Sem o aporte financeiro e o suporte das escolas que cederam os espaços físicos, o projeto ainda estaria no papel. A Sanova atua como um elo entre diferentes esferas da sociedade, promovendo ações coletivas em prol do esporte e da educação”, reforça Hugo.

Além de impactar positivamente a vida de alunos, as empresas patrocinadoras podem recorrer a deduções fiscais ao investir na iniciativa. Entre os patrocinadores estão a Adere Produtos Adesivos, maior empresa de capital nacional fabricante de fitas adesivas no Brasil, e a Buckman Chemistry, companhia global de especialidades químicas fundada em 1945, que auxiliam seus clientes a melhorar a produtividade, aumentar a lucratividade e garantir segurança, conformidade e sustentabilidade.

## VAGAS E INSCRIÇÃO

### Critérios de seleção dos participantes:

A seleção dos participantes será realizada por ordem de inscrição, na página do instagram @escola-devolei2020, a partir dos seguintes critérios:

- ✓ Ser estudante frequente nas aulas da sua escola (acima de 75% de frequência);
- ✓ 70% das vagas são reservadas para estudantes da rede pública de ensino;
- ✓ Até 30% das vagas poderão ser preenchidas por estudantes da rede privada.

NÚCLEO 1 - Quadra da E.E. Ângelo Campo Dall'Orto (Av. São Paulo, 466, Nova Veneza, Sumaré, SP)  
Dias: Terças e Quintas  
Período: Manhã  
Turma 1: Das 08h00 às 9h30  
Turma 2: Das 9h30 às 11h00

NÚCLEO 2 - Quadra da Etec/Fatec Sumaré (Rua Rafael Rossi, 197, Jd Luiz Cia, Sumaré)  
Dias: Segundas e Quartas  
Período: Manhã  
Horário: 8h00 às 9h30



## Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com  
Blog: www.drzerocost.com.br

## Da porteira para fora (403) IA's, vamos regular?

Não é segredo para ninguém que o jurídico corre atrás da realidade, isso tem ocorrido até recentemente. Não há espontaneidade, vejamos, a realidade social e tecnológica é evolutiva, então, num exemplo, a proteção de dados pessoais e privacidade digital foi imposta [Regulamentação da Proteção de Dados (LGPD e GDPR)]. Os dados pessoais antes da internet não eram regulamentados, no entanto, as empresas passaram a coletar esses dados em grande escala e com eles direcionar suas estratégias. Atualmente o debate continua e leis foram sancionadas, no caso brasileiro temos:

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Brasil é a Lei nº 13.709, sancionada em 14 de agosto de 2018.

**PRINCIPAIS MARCOS DA LGPD**

1. Sancionada em 2018 → Estabeleceu regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil. Alteração em 2019 → Pela Lei nº 13.853/2019, que criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
2. Vigência a partir de 2020 → A lei entrou em vigor em 18 de setembro de 2020.
3. Sanções Aplicáveis desde 2021 → As penalidades e multas passaram a ser aplicadas em 1º de agosto de 2021, não dê atenção ao tema e reze para não ser multado.

A ANPD até hoje se debruça sobre o texto da lei e emite esclarecimentos para aclarar situações inusitadas diante de novos desafios para a privacidade e segurança dos cidadãos. O vazamento de informações pessoais tornou-se frequente, causando fraudes, golpes e abusos.

Hoje, 2025, a situação jurídica está beirando o caos. Por quê? Sabemos o quão lento é a regulamentação e estamos assistindo o deslanchar da tecnologia que a cada dia ganha um novo sobressalto. A Inteligência Artificial despejada por grandes grupos e mesmo por pequenas empresas arrebenta as regras de mercado e embaralha padrões, a Open AI reinou por um período curto como a última bolacha do pacote, os chineses e os indianos na semana passada simplesmente não tomaram conhecimento de quem estava no podium e passaram o rodo.

O jurídico por sua vez, o que deve fazer? Lembremos que a questão é comple-

xa, exige uma abordagem equilibrada, por quê? O jurídico é lento. Ponto. Como se isso já não fosse um problemão, a regulamentação da IA deve priorizar o respeito aos direitos humanos e a dignidade individual. Ok, ninguém discorda disso dentro de uma democracia. Então, quem deve ser responsabilizado pelos vieses cometidos pelas IA's? As empresas que as desenvolvem. Parece óbvio, mas não é.

Por exemplo, o que pensa a sociedade civil sobre os direitos dos cidadãos? E, temos um outro fator, os países não estão em sintonia sobre a regulação das IA's. Suponha que os legisladores brasileiros sejam rígidos, e os americanos do Norte não (É JUSTAMENTE O QUE ESTÁ OCORRENDO). Enquanto os brasileiros sufocam a inovação com leis e regras que nascem ultrapassadas os “amigos” desenvolvem soluções técnicas e invadem o mercado, por exemplo, sem critérios rígidos quanto a segurança e privacidade. Alguém poderá argumentar, ok, mas se houver problemas o fabricante irá corrigir. Será? Quando? Como?

Ah, então, vamos regular balanceando a segurança do cidadão sem inibir a inovação. Simples? Nem um pouco. Atualmente, temos o termo “sandbox”, ou seja, o legislador sem saber o que fazer, estipula um tanque de areia para alguns players agirem e monitoram o que acontece, dependendo dos problemas constatados moldarão a legislação, se debruçarão sobre legislações flexíveis que possibilitem ajustes dinâmicos conforme a tecnologia evolui. Pensemos um pouco mais no tamanho dessa encrenca.

A revista Fatec por Ana Paula Orlandi Edição 348 fev 2025 publicou “Quando a IA generativa surgiu, em 2018, as big techs arregimentaram um volume gigantesco de dados na internet para treinar seus modelos e ensinar às máquinas o que era, por exemplo, uma maçã ou um gato. Nesses primórdios, as imagens precisavam ser identificadas manualmente como ‘maçã’ ou ‘gato’. Quem fez e algumas vezes ainda precisa

fazer esse trabalho extenuante e mal remunerado é uma massa de trabalhadores oriundos, em sua maioria, de países em desenvolvimento, relata o artista visual brasileiro Bruno Moreschi, da Universidade Leuphana, na Alemanha, que investigou a questão em estágio de pós-doutorado na FAU-USP, em 2020.

A historiadora da arte Nara Cristina Santos, professora aposentada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, chama a atenção para mais um ponto polêmico: a questão dos direitos autorais. “Por utilizar recursos de IA em seus trabalhos, alguns artistas são acusados de plagiadores. Por outro lado, artistas processam as empresas de tecnologia por considerar que seus trabalhos foram utilizados para treinar as máquinas”, conta Santos, fundadora do Laboratório de Pesquisa em Arte Contemporânea, Tecnologia e Mídias Digitais (Labart) daquela universidade.”

Como se a solução acima fosse simples, façamos a seguinte ginástica: Pergunte para 100% da população mundial que possui equilíbrio físico, mental e emocional, estando em um estado de plena saúde e lucidez:- Quanto é 1 + 1 =? É de se esperar que todos respondam corretamente, então pergunte:- Como você processou essa informação no seu cérebro a fim de dar a resposta correta? Pois é, não sabemos, até aqui tudo bem, talvez não precisemos saber. Ocorre que somente em 2018 os cientistas fizeram a seguinte pergunta:- Como as IA's processam internamente seus circuitos para responder que 1 + 1 é igual a 2? “Houston we have a problema”, estamos tentando entender como as IA's fazem esse cálculo! Não sabemos. Autores como Subhash Kantamneni, Max Tegmark investigam o tema e estão concluindo que IA's utilizam trigonometria para fazer cálculos de adição. Ou seja, não temos certeza sobre como funciona a estrutura interna usada para esses cálculos. Tá simples regular IA's?



DESDOBRAMENTOS REGIONAIS

# Estado anuncia regras para agências reguladoras e oficializa SP Águas

Decreto garante maior autonomia administrativa e financeira e moderniza a fiscalização de serviços concedidos; diretores serão nomeados pelo governador Tarcísio de Freitas e aprovados pela Assembleia Legislativa de São Paulo

Da Redação • REGIÃO  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Governo de São Paulo publicou decreto que regulamenta a Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, estabelecendo novas regras para o funcionamento das agências reguladoras estaduais. A medida amplia as atribuições da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (SP Águas), oficializa a criação da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e fortalece a autonomia administrativa, financeira e decisória dessas autarquias. A medida atinge diretamente as cidades da região, especialmente as que dependem do Sistema Cantareira para o abastecimento público.

A nova regulamentação das agências reguladoras assegura que elas atuem sem subordinação hierárquica, com mandatos fixos de cinco anos para seus diretores, que serão nomeados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa. O modelo reforça a estabilidade institucional



Medida atinge gestão sobre as cidades da região, principalmente as que dependem do Sistema Cantareira

das agências reguladoras, impede interferências políticas e garante mais previsibilidade para investidores e operadores dos contratos de concessão. A mudança faz parte do programa SP na Direção Certa, que busca aumentar a eficiência do setor público e impulsionar investimentos no Estado.

Com a criação da SP Águas, São Paulo passa a contar com uma agência dedicada à gestão e fiscalização dos recursos hídricos. O órgão será responsável pela concessão

de outorga para captação de água de fontes superficiais e subterrâneas e fiscalização dos usos de recursos hídricos, além de contar com uma rede de monitoramento hidrológico. Também terá o papel de desenvolver ações e políticas para prevenção e mitigação de eventos climáticos extremos e de prestar apoio técnico aos municípios na gestão dos recursos hídricos.

Com a transformação em agência reguladora, a SP Águas passa a contar

com um conselho diretor, cujos membros são indicados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa para um mandato, o que garante a estabilidade dos dirigentes e fortalece a autonomia decisória da agência.

“Com uma estrutura robusta de agência reguladora, a SP Águas atuará no fortalecimento da fiscalização dos usos de recursos hídricos e monitoramento hidrológico. Além disso, lançará uma agenda regulatória e passará a realizar

análises de impacto regulatório antes de qualquer edição ou alteração de normas de interesse geral dos usuários de recursos hídricos. O objetivo é garantir que as decisões sejam transparentes, eficientes e equilibradas, especialmente em relação à outorga de direito de uso de recursos hídricos”, informou o governo.

A Artesp vai expandir sua atuação. Além das concessões rodoviárias, transporte coletivo intermunicipal e aeroportos regionais, a agência passa a fiscalizar

os transportes hidroviário, o coletivo metropolitano e o metroferroviário. Já a Arsesp amplia seu escopo para regular concessões de habitação, escolas, loterias e parques públicos, além de saneamento, gás canalizado e energia elétrica.

“As mudanças garantem mais autonomia na gestão de recursos e processos internos. As agências poderão firmar contratos, administrar receitas próprias e disciplinar o regime de trabalho de seus servidores, incluindo a regulamentação do teletrabalho. Também poderão realizar concursos públicos sempre que a vacância superar 10% do quadro de funcionários, desde que respeitados os limites fiscais”, explica o Estado.

A fiscalização dos serviços concedidos será aprimorada com o uso de tecnologias como geolocalização de ativos, registros de telemetria e monitoramento remoto dos sistemas das concessionárias. Além disso, a nova regulamentação exige a realização de análises de impacto regulatório antes da edição de normas que possam afetar consumidores e operadores.

## O amanhã já chegou em Sumaré!



E ele começa pela água: a recém-ampliada e modernizada estrutura da **Estação de Tratamento de Água I (ETA I)**, na Vila Menuzzo, já está em operação e aumentando a oferta de água no município.

Com isso, **82 bairros** nas regiões do Centro, Ravagnani, Vecon, Planalto, João Paulo, Picerno e Carlota agora contam com um sistema de tratamento de água mais moderno e eficiente. Isso é o futuro chegando até a sua casa, construindo uma Sumaré muito melhor.



Para mais informações acesse: [sumareporumnovoamanha.com.br](http://sumareporumnovoamanha.com.br)



@brkambiental



# Mulher que atuava no tráfico há mais de dez anos é condenada em Sumaré

Justiça acolheu denúncia apresentada pelo Ministério Público e considerou depoimentos de policiais militares que prenderam jovem de 23 anos comercializando drogas em uma biqueira instalada na Vila Vale, em 2023

Paulo Medina • SUMARÉ  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Moradora do Jardim Dall’Orto, V.S.S., de 23 anos, foi condenada a seis anos de prisão em regime fechado pelo crime de tráfico de drogas. A decisão é da 1ª Vara Criminal de Sumaré, que considerou as provas apresentadas pela Promotoria suficientes para a condenação. A mulher estava no “mercado da droga” há mais de uma década.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, V. foi flagrada no dia 28 de outubro de 2023, por volta das 7h22, na Rua do Café, na Vila Vale, portando uma sacola com 90 porções de drogas, entre cocaína, maconha e crack, além de dinheiro trocado. A abordagem foi realizada por policiais militares em um local conhecido como ponto de venda de entorpecentes.

Os policiais que efetuaram a prisão relataram que a acusada estava na garupa de uma motocicleta e tentou ocultar a sacola quando abordada. Segundo os agentes, ela admitiu no momento da abordagem que vendia drogas há mais de 10 anos e que seu marido e ex-marido já haviam sido presos pelo mesmo crime. Durante o julgamento, V.



Condenação foi emitida pelo juiz Aristóteles de Alencar Sampaio, da 1ª Vara Criminal de Sumaré

negou estar traficando no dia da prisão e afirmou que as drogas eram para consumo próprio.

O juiz Aristóteles de Alencar Sampaio considerou, na sentença, que a quantidade e diversida-

de das drogas apreendidas, aliadas ao depoimento dos policiais e ao histórico da ré, confirmaram o crime. Além da pena de seis anos de reclusão em regime fechado, V. foi condenada ao pagamento de 500

dias-multa, e a Justiça determinou a perda dos bens apreendidos.

“Os policiais militares que realizaram a prisão em flagrante prestaram depoimentos seguros e coerentes, narrando que a ré foi

abordada em local notoriamente conhecido como ponto de venda de drogas, na garupa de uma motocicleta, logo após ter conversado com um indivíduo que fugiu ao avistar a viatura policial - conduta tí-

pica do tráfico de drogas. A quantidade significativa de drogas (90 porções), sua diversidade (três tipos diferentes: maconha, cocaína e crack) e forma de acondicionamento (em porções individuais prontas para venda) são circunstâncias que, por si só, já indicam a traficância. Some-se a isso o fato da apreensão ter ocorrido em local conhecido como ponto de venda de drogas e o comportamento da ré em tentar ocultar a sacola durante a abordagem. Confirma a intenção do tráfico, o fato de que, no momento da prisão, conforme relatado de forma harmônica por ambos os policiais, a própria acusada confessou que realizava a venda de drogas há mais de 10 anos, mencionando inclusive que seu marido e ex-marido estavam presos pelo mesmo crime, o que vai ao encontro da confissão da acusada na fase policial”, mencionou o juiz na sentença.

A ré não poderá recorrer em liberdade, uma vez que já respondia ao processo presa e descumpriu medidas cautelares anteriormente impostas.

A defesa de V. ainda pode recorrer da decisão. A reportagem não conseguiu contato com a defesa dela.



## Curiosidades sobre o Direito

**Johnny William Bradley**

é advogado sócio proprietário do Vaughan, Bradley & Vulcani advocacia. Para mais informações: Instagram vbv\_advocacia

E mail: johnny.bradley@hotmail.com  
End.: Rua Dom Barreto, 1.380, Centro, Sumaré/SP | Fone: (19) 2216-2005

## Recuperação judicial para produtores rurais

Como Proteger Seu Negócio e Superar a Crise com Segurança Jurídica!

A recuperação judicial é um mecanismo fundamental para a manutenção da atividade empresarial em momentos de crise econômica. No entanto, a sua aplicabilidade ao produtor rural gerava controvérsias até o recente julgamento do Recurso Especial (REsp) 1905573/MT, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão trouxe maior segurança jurídica ao reconhecer que o produtor rural, mesmo sem registro prévio na Junta Comercial, pode requerer recuperação judicial se exercer atividade empresarial há mais de dois anos e se inscrever na Junta Comercial antes de formalizar o pedido.

Esse entendimento é um marco no Direito Empresarial, impactando diretamente os produtores rurais que necessitam de apoio jurídico especializado para reestruturação de suas atividades.



**O QUE FICOU DECIDIDO NO JULGAMENTO DO STJ?**

O STJ fixou a seguinte tese para o Tema 1.145:

“Ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido recuperacional, independentemente do tempo de seu registro.”

Essa decisão representa um avanço na interpretação da Lei de Recuperação e Falências (Lei 11.101/2005) e garante que produtores rurais possam utilizar a recuperação judicial como ferramenta de reorganização econômica.

**POR QUE ESSA DECISÃO É IMPORTANTE PARA O PRODUTOR RURAL?**

Antes dessa definição, os tribunais divergiam quanto à necessidade de o pro-

dutor rural estar registrado na Junta Comercial por, pelo menos, dois anos antes do pedido de recuperação judicial. Isso dificultava o acesso dos produtores a esse mecanismo de reestruturação financeira.

Agora, o Direito Empresarial reconhece que a exigência fundamental é o exercício da atividade rural de forma empresarial há mais de dois anos. Ou seja, basta o produtor demonstrar sua atividade econômica contínua e estar inscrito na Junta Comercial no momento do pedido de recuperação judicial.

### A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OS PRODUTORES RURAIS: PRINCIPAIS PONTOS JURÍDICOS

A decisão do STJ tem base em dispositivos importantes do Código Civil e da Lei de Recuperação Judicial:

- Código Civil (Artigos 966 e 967): Define que a atividade rural pode ser considerada empresarial quando organizada para a produção e circulação de bens ou serviços.
- Lei de Recuperação Judicial (Artigo 48): Estabelece os requisitos para que uma empresa possa requerer recuperação judicial, incluindo o exercício da atividade há mais de dois anos.
- Lei 14.112/2020: Alterou dispositivos da Lei de Recuperação Judicial, facilitando a inclusão do produtor rural nesse regime.

A relevância desses dispositivos jurídicos mostra que, para evitar problemas na análise do pedido de recuperação judicial, o produtor rural deve contar com assessoria de um Escritório de Advocacia Empresarial especializado.

### OS BENEFÍCIOS DA “RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA O PRODUTOR RURAL”.

A recuperação judicial permite que o produtor rural renegocie suas dívidas, suspenda execuções e continue suas operações, garantindo a sustentabilidade do negócio. Entre os principais benefícios, destacam-se:

### SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES E COBRANÇAS

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial, todas as ações de cobrança contra o produtor rural ficam suspensas por 180 dias, permitindo tempo para renegociar com credores.

### REESTRUTURAÇÃO DAS DÍVIDAS

A recuperação judicial possibilita um plano de pagamento mais longo e com condições adequadas à realidade financeira do produtor.

### MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES

Diferente da falência, a recuperação judicial busca a continuidade das operações, permitindo a preservação de empregos e contratos comerciais.

A assessoria de um advogado especializado em Direito Empresarial é essencial para elaborar um plano de recuperação sólido e juridicamente viável. Caso tenha dúvidas sobre como dar entrada no pedido, consulte um especialista.

### CONCLUSÃO

A decisão do STJ no REsp 1905573/MT traz um grande avanço para os produtores rurais que atuam como empresários. Agora, a recuperação judicial se tornou um instrumento acessível para aqueles que enfrentam dificuldades financeiras, independentemente do tempo de registro na Junta Comercial.

Diante da complexidade desse processo, contar com um advogado especializado em recuperação judicial é essencial para garantir uma estratégia bem-sucedida.

Se você é produtor rural e deseja saber mais sobre como ingressar com um pedido de recuperação judicial, entre em contato conosco e proteja o seu negócio!



AQUECIMENTO DA ECONOMIA

# Empresa anuncia ampliação e geração de 300 vagas de emprego em Paulínia

Prefeito Danilo Barros (PL) afirmou que expansão do Grupo Toniato, do setor logístico, vai abrir novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária da cidade e há possibilidade de parceria para realização de projetos sociais

Paulo Medina • PAULÍNIA  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Paulínia está prestes a ganhar um importante reforço na geração de empregos e no desenvolvimento econômico. O Grupo Toniato, empresa do setor logístico, anunciou um projeto de ampliação de suas operações no município, o que resultará na contratação de aproximadamente 300 novos funcionários. A informação é do prefeito Danilo Barros (PL).

O chefe do Executivo celebrou a iniciativa e destacou a relevância da expansão para a economia local. “Com grande alegria, recebi os diretores do Grupo Toniato, que está em fase de ampliação aqui em Paulínia. Durante a campanha, tive a oportunidade de visitar a empresa ao lado do então prefeito, Du, e conversar com seus funcioná-



Chefe do Executivo paulinense recebeu representantes da empresa, que vai aumentar capacidade de armazenamento

rios. Agora, alguns meses depois, já prefeito, participei de uma reunião muito produtiva, onde conheci mais sobre os planos do grupo para nossa cidade”, afirmou.

O Grupo Toniato, que atua no segmento de logística e transporte, pretende ampliar sua capacidade de armazenamento, o que, além de gerar novas oportunidades de empre-

go, contribuirá para o aumento da arrecadação tributária do município. Segundo o prefeito, essa receita extra será essencial para equilibrar os impactos da reforma tributária.

Outro ponto destacado por Danilo Barros é a possibilidade de futuras parcerias entre a empresa e a administração municipal em projetos sociais. “A expansão da Toniato tra-

rará benefícios para Paulínia, como a contratação de quase 300 pessoas e possíveis parcerias nas áreas sociais. Além disso, com a ampliação de sua capacidade de armazenamento, os tributos gerados aqui ajudarão a equilibrar os impactos da reforma tributária. Tudo isso numa atividade limpa que não gera resíduos”, ressaltou.

A ampliação da empresa e a geração de novos empregos denotam o potencial econômico de Paulínia, que está entre as 50 cidades que mais geram empregos em todo Estado de São Paulo.

Paulínia, segundo balanço do governo estadual realizado com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registrou 2.152 novos postos de trabalho de janeiro a dezembro do ano passado, obtendo destaque entre as 645 cidades paulistas.

25 VAGAS

## Paulínia abre inscrições para Curso de Monitor de Transporte Escolar

Da Redação • PAULÍNIA  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Programa Qualifica Paulínia está com inscrições abertas para uma nova turma do curso de Monitor de Transporte Escolar e Primeiros Socorros. As inscrições podem ser realizadas até o sábado, dia 15, às 17h, por meio do site oficial da prefeitura. O curso oferece 25 vagas e é

gratuito. Para participar, os interessados devem ter idade igual ou superior a 18 anos e ter concluído o Ensino Fundamental. Pessoas desempregadas terão prioridade na seleção.

As aulas acontecerão nos dias 25 e 26 de fevereiro, das 8h às 17h30, na sede do SEST/SENAT, localizada na Rua Santo Pigatto, 77, bairro Santa Cecília, próximo à antiga rodoviária.

Durante o curso, os alunos aprenderão sobre os direitos e deveres do monitor no transporte escolar, bem como procedimentos básicos para o atendimento de vítimas em situações de emergência.

Para mais informações, os interessados podem entrar em contato pelo telefone (19) 3874-5669, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.



Alunos saberão direitos e deveres do monitor durante transporte escolar e procedimentos de socorro

RUAS E AVENIDAS

## Volta às aulas em Hortolândia terá fiscalização por maior segurança

Da Redação • HORTOLÂNDIA  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

No início do ano letivo, nesta segunda-feira (10), as equipes da Prefeitura de Hortolândia, por meio da Secretaria de Mobilidade Urbana, preparam um esquema de fiscalização nas ruas e avenidas no entorno das escolas para contribuir com a segurança viária de pais, alunos e motoristas do transporte escolar na chegada e saída destes locais. Serão dois períodos de fiscalização (manhã e tarde), em escolas municipais de educação infantil, ensino fundamental, além de escolas particulares e estaduais. O objetivo é o cumprimento das leis de trânsito para embarque e desembarque dos veículos, estacionamento correto, travessia na faixa de pedestres e demais situações que possam atrapalhar a fluidez do tráfego causando lentidão no trânsito e



Ação educativa visa evitar infrações e contribuir com a fluidez do tráfego na cidade

colocando a segurança das pessoas em risco.

“Nossas equipes estarão fiscalizando e dando o suporte necessário para a população no entorno destas unidades de ensino no primeiro dia de aula. Também teremos ações educativas para os estudantes nas escolas. Pedimos a contribuição de pais

e motoristas do transporte escolar para respeitar o limite de velocidade permitido para o tráfego, o estacionamento correto, nas vagas regularmente destinadas. Com a ajuda de todos, a segurança viária prevalece e o fluxo do trânsito permanece livre, facilitando a ida e vinda de todos”, comenta o diretor

de operações da Secretaria de Mobilidade Urbana, José Eduardo Vasconcellos.

Na primeira quinzena de janeiro, monitores do transporte escolar privado receberam um curso de capacitação e orientação ministrado pelas equipes de Educação de Trânsito e Divisão de Transportes da Secretaria de Mobilidade Ur-

bana. Participaram aproximadamente 150 monitores. A reunião teve o objetivo de padronizar o trabalho destes monitores que auxiliam os motoristas e trabalham diretamente com os alunos. Foram ofertadas dicas de segurança viária durante o transporte como, por exemplo, o correto uso do cinto de segurança dos alunos durante o trajeto das vans nas vias públicas, além da orientação para a travessia ser sempre na faixa de pedestres quando sair das vans, tanto para chegar às unidades de ensino ou às residências após as aulas.

O conjunto do trabalho realizado pela Prefeitura, desde 2017, passando pelo “Maio Amarelo”, tem sempre o objetivo de zerar os

acidentes de trânsito com vítimas fatais na cidade. Para salvar vidas no trânsito, acontecem, diariamente, uma série de serviços. Além das atividades educativas e fiscalização, também são realizados o reforço na sinalização de solo (foram 20 mil metros quadrados em 2024, inclusive no entorno de unidades de ensino) e vertical e a implantação de novos radares controladores de velocidade, principal medida adotada pela Administração Municipal para a redução de mortes no trânsito. A cidade ainda recebe, periodicamente, um mutirão de Tapa-Buraco em todas as regiões, readequação do fluxo do trânsito nas ruas e avenidas e investimentos na malha cicloviária.

### LICENÇA AMBIENTAL

A INJECT THECNOLOGY SOB CNPJ 50.168.693/0001-02 TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU NA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO, DE FORMA CONCOMITANTE, AS LICENÇAS PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO PARA Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais À RUA DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA, 591 HORTOLANDIA SP – CEP 13185072



MERCADO PROMISSOR

# Sobram vagas de emprego em bares e restaurantes da região

Cargos como sushiman, churrasqueiro, chefe de cozinha e cozinheiro estão entre os mais difíceis de encontrar profissionais, aponta Abrasel; setor tem sido a porta de entrada para jovens no mercado

Beth Soares • REGIÃO  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O setor de alimentação fora do lar é um dos principais motores do mercado de trabalho na RMC (Região Metropolitana de Campinas), que inclui os municípios de Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Monte Mor e Paulínia. De acordo com a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Regional Campinas, empresários afirmam que sobram vagas de emprego em bares e restaurantes pela dificuldade em encontrar profissionais com mão de obra especializada a exemplo de sushiman, churrasqueiro, chefe de cozinha e cozinheiro. Campo fértil para quem busca uma oportunidade de trabalho, a área gastronômica tem sido porta de entrada para jovens que procuram o primeiro emprego (veja reportagem abaixo).

A Abrasel não tem números atualizados sobre a quantidade de vagas em aberto no setor de bares e restaurantes na RMC. A entidade estima que há pelo menos 12 mil postos de trabalho a serem preenchidos. Há oportunidades de emprego para garçons, cozinheiros e auxiliares de cozinha, barman, pizzaiolo, sushiman,



Cozinheiros e chefes de cozinha estão entre as funções com mais vagas de trabalho em aberto em bares e restaurantes da RMC

churrasqueiro, atendente de caixa, setor administrativo, dentre outros.

“Observamos que muitos estabelecimentos enfrentam dificuldades para preencher determinadas posições, especialmente funções especializadas. Relatos de empresários do setor indicam que algumas vagas permanecem abertas por meses, mesmo com esforços contínuos de recrutamento”, afirma André Mandetta, presidente da Abrasel Regional Campinas

Segundo ele, as funções mais desafiadoras para contratação são aquelas que exigem especialização e experiência. Pesquisa feita entre os empresários associados à Abrasel aponta que cargos como sushiman e churrasqueiro estão entre os mais difíceis de preencher, segundo 94% dos donos de bares e restaurantes. “Outras funções críticas incluem cozinheiros chefes, gerentes e cozinheiros”, assinala o presidente da Abrasel.

Falta de qualificação pa-

ra funções mais técnicas, baixo interesse dos trabalhadores em alguns cargos, por causa da rotina exigente e a necessidade de trabalho aos finais de semana, são alguns dos fatores que dificultam a contratação de profissionais.

Para minimizar os desafios na admissão e retenção de colaboradores, a Abrasel afirma que o segmento tem investido em diferentes estratégias. Muitos estabelecimentos implementaram programas de bonificação por desempenho,

além de oferecer cursos e treinamentos internos para capacitação dos colaboradores, a exemplo do restaurante Dom Brejas, em Campinas (veja reportagem nesta página). Benefícios adicionais também têm sido utilizados como forma de atrair profissionais.

A Abrasel informou que também tem promovido iniciativas para qualificação, como o apoio a programas de capacitação profissional, visando fortalecer a mão de obra do setor. Nesta semana, será realizada

a 1ª Maratona de Imersão com dois cursos voltados à profissionalização de equipes: “O Garçon Vendedor”, que acontece de segunda a quarta-feira (10 a 12/02); e “Transforme seu Gerente em Líder”, que será realizado de quinta-feira a sábado (13 a 15/02).

As duas atividades de formação serão ministradas por Max Pires, renomado especialista em atendimento e Gestão, no Ím Design Hotel, no bairro Cambuí, com opções de turma nos períodos da manhã e tarde. Informações sobre horários e valores dos cursos podem ser obtidas por meio do WhatsApp (19) 99612-4388.

“Essa iniciativa tem como objetivo aprimorar a qualificação dos colaboradores dos estabelecimentos associados, contribuindo para o desenvolvimento e profissionalização do setor”, destaca Mandetta

Embora não haja dados consolidados mais recentes, Mandetta afirma que o setor tem se recuperado e crescido nos últimos anos. “Para dezembro de 2024, por exemplo, estimamos um aumento de 30% no faturamento devido às festas e confraternizações de fim de ano, o que indica um cenário positivo para os empresários do setor”, observa.

No último levantamento feito pela Abrasel, em 2019, o setor de bares e restaurantes da RMC registrou um faturamento de R\$ 3,08 bilhões, com um crescimento de 5% em relação ao ano anterior. Dados divulgados pela entidade, no ano passado, apontam que a região conta com mais de 30 mil bares e restaurantes.



Rafaela aproveita oportunidade em restaurante de Sumaré

## Setor gastronômico é porta de entrada para jovens na procura pelo primeiro emprego

O setor de bares e restaurantes tem sido uma das principais portas de entrada para o primeiro emprego de jovens sem experiência, segundo a Abrasel. No ano passado, 57% das contratações formais do setor foram de jovens entre 18 e 24 anos, segundo pesquisa divulgada pela associação, ano passado, sobre o perfil de trabalhadores em bares e restaurantes.

Basta uma checagem rápida nos estabelecimentos para confirmar a constatação do estudo. Em Sumaré, por exemplo, 15% dos colaboradores do Le Park Restaurant têm entre 18 e 24 anos, informa Luiz Carlos Rizzato, um dos responsáveis pelo restaurante, por meio da Assessoria de Imprensa.

Segundo ele, o restaurante, localizado no Jardim Dall’Orto, no com-

plexo Sumaré Park Hotel, frequentemente oferece oportunidades para jovens que querem entrar no mercado ou pessoas de outras faixas de idade que nunca trabalharam.

“Alguns dos jovens contratados no ano passado nunca tinham trabalhado. É o primeiro emprego deles. Aqui eles têm a oportunidade de vivenciar diferentes experiências, fundamentais para o aprimoramento profissional”, comenta Rizzato.

Dentre essas vivências, exemplifica Rizzato, está o desenvolvimento de habilidades como comunicação e atendimento ao público, além de garantir uma independência financeira.

Rafaela Mattos de Oliveira, 17 anos, é um dos jovens funcionários do Le Park e vive a experiência do primeiro emprego. Ela conta que a oportunidade

de trabalhar como auxiliar de cozinha no estabelecimento surgiu há quase um ano, quando a sua tia, que já trabalhava no restaurante, falou sobre a vaga disponível para jovens que nunca trabalharam. “Trabalho todos os dias e tenho uma folga na semana. Agora, consigo ajudar minha mãe a manter a casa”, valoriza a estudante do Ensino Médio, moradora de Sumaré.

| Beth Soares

## Bar cria escola própria para formação de mão de obra

Diante da alta rotatividade de trabalhadores e da escassez de profissionais especializados para atuar no setor gastronômico, o Bar Dom Brejas, localizado em Campinas, decidiu investir na qualificação e capacitação de seu quadro de colaboradores com a criação do Dom Brejas Academy, módulo voltado para gestores e líderes. Também há módulos de treinamento voltados para as equipes de atendimento (garçons) e de produção de cozinha.

“Nossa ideia é trazer capacitação para todos os cargos da empresa, para que os colaboradores entendam todos os processos de fun-

cionamento da casa e, assim, melhorar todos os indicadores e atendimento ao público, além de proporcionar o desenvolvimento profissional das pessoas, com a perspectiva de desenvolvimento de carreira interna”, conta Dino Ramos, sócio e fundador do Dom Brejas, por meio da sua Assessoria de Imprensa.

A primeira fase do programa permanente é voltada para o treinamento de líderes. Ela tem oito módulos, com temas como liderança, Custo da Mercadoria Vendida (CMV), controle de estoque, hospitalidade, hospitalidade agressiva (excessiva), dentre outros. “A ideia

é treinar e preparar gestores dentro da empresa, aproveitando a experiência de 15 anos dos sócios da casa, como, por exemplo, o convívio com equipes e clientes”, acrescenta Priscila Sigolo, sócia da casa.

No módulo Dom Brejeiros, destinado a todos os funcionários, são abordados praticamente todos os temas do Dom Brejas Academy, incluindo princípio de vendas e gestão. “Queremos que todos os nossos colaboradores aprendam a fazer contas que envolvam as operações, controle de estoques, hospitalidade e princípios de hierarquia”, explica Ramos.



Dino Ramos (em pé) durante atividade de formação profissional com colaboradores do Dom Brejas

“Além de oferecer treinamento e capacitação para nossos colaboradores, a proposta dos cursos vai muito além de reter talentos”, acrescenta Priscila.

la. “No dia que ele sair da empresa, ela vai saber de todas as etapas que envolvem o funcionamento de um bar ou restaurante e vai estar preparado e ca-

pacitado até para montar seu próprio negócio, pois vai ter informações de gerenciamento e processos”, completa.

| Beth Soares



RESSALVAS APONTADAS

# TCE aprova contas de 2022 da Câmara de Hortolândia com recomendações

Apesar do parecer favorável, conselheiros do órgão fiscalizador identificaram deficiências na concessão de gratificações, no quadro de pessoal e no sistema de controle interno durante a gestão do vereador Paulo Pereira Filho, o Paulão



Tribunal aprovou a regularidade das contas de 2022 na gestão de Paulo Pereira Filho

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) aprovou as contas da Câmara Municipal de Hortolândia referentes ao exercício de 2022, sob a presidência do vereador Paulo Pereira Filho, o Paulão (Republicanos). Apesar da aprovação, a decisão veio acompanhada de recomendações para ajustes em diversos aspectos administrativos e financeiros.

A Primeira Câmara do TCE, composta pelos conselheiros Marco Aurélio Bertaiolli (relator), Antonio Roque Citadini (presidente) e Dimas Ramalho, destacou que a Câmara atendeu aos limites constitucionais e à Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, foram identificadas deficiências na concessão de gratificações, no quadro de pessoal e no sistema de controle interno.

Entre os pontos de atenção, destacam-se Cargos em comissão (assessor parlamentar, assessor especial e chefe de gabinete) cujas atribuições não se enquadram claramente nas funções de direção, chefia ou assessoramento; falta de exigência de nível universitário para o preenchimento de cargos de livre provimento; supostas irregularidades na concessão de gratificações para funções específicas, como Comissão de Sindicância e Comissão Permanente de Licitação; aumento na taxa de despesas com pessoal a partir de julho de 2022; e falhas no funcionamento do Sistema de Controle Interno da Casa Legislativa.

O Tribunal também determinou o acionamento do Procurador-Geral de Justiça para promover o controle de constitucionalidade da Lei Complementar Municipal nº 3.875/2021, especialmente no que se refere

às atribuições dos cargos mencionados. A medida visa garantir que as nomeações em cargos comissionados respeitem os princípios constitucionais da administração pública.

Diante dos apontamentos, o TCE sugeriu melhorias na gestão orçamentária e na transparência da Câmara, incluindo a realização de audiências públicas em horários acessíveis para ampla participação popular; fortalecimento do Sistema de Controle Interno para garantir maior fiscalização das contas públicas; aprimoramento do planejamento orçamentário, considerando a devolução periódica de recursos não utilizados ao Executivo Municipal; observância às normas constitucionais sobre remuneração e gestão de pessoal.

Apesar das recomendações, a decisão do TCE reforça que não houve dano ao erário, permitindo a aprovação das contas.

JARDIM BOA VISTA

## Hortolândia instala iluminação de LED em campo de futebol

Da Redação • HORTOLÂNDIA  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia iniciou a implantação de iluminação de LED no campo de futebol do Jardim Boa Vista. O Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras começou o serviço com a escavação do solo. O trabalho é feito para a colocação do cabeamento elétrico subterrâneo. De acordo com o departamento, no total serão instalados no local oito postes de 12 metros com seis Refletores de 200W em cada poste; quatro postes de sete metros com um refletor de 150W em cada poste, dois postes de cinco metros com duas

luminárias de 36W em cada poste; e seis postes de cinco metros com uma luminária de 36W em cada poste.

No entorno do campo há ainda um parque infantil, que também receberá a iluminação de LED. De acordo com o departamento, a previsão é de concluir o serviço neste fim de semana.

A implantação das luminárias beneficia os moradores da região, que poderão utilizar o local com mais segurança para a prática de esportes, atividades físicas e de lazer. De acordo com a Secretaria de Esporte e Lazer, nos fins de semana o campo recebe jogos de futebol das 2ª e 3ª divisões do futebol amador do município. As luminárias LED

são mais potentes e gastam menos, o que proporciona economia ao município.

Após a conclusão do serviço no local, a Prefeitura segue com a implantação de iluminação de LED em outras áreas públicas da cidade que ainda não têm os equipamentos de iluminação. Neste ano, o município já instalou luminárias no campo de futebol do Parque Orestes Ôngaro. No ano passado, a Prefeitura implantou luminárias de LED em sete praças localizadas em diferentes regiões da cidade e na quadra de tênis Emiliano Sanchez, que fica em uma praça localizada entre as ruas México e Bolívia, na divisa dos bairros Jardim Santa



Instalação de luminárias em LED no campo faz parte do Programa de Eficiência Energética

Clara do Lago e Parque Residencial Maria de Lourdes.

A instalação de luminárias em LED no campo de futebol no Jardim Boa Vista integra o programa de Eficiência Energética. O

município fez o lançamento do programa em dezembro de 2023.

O programa é uma iniciativa pioneira da Prefeitura para consolidar Hortolândia como cidade inteligente

e sustentável e consiste em tornar o município autossuficiente na produção de energia limpa, com o objetivo de proporcionar economia sem causar impacto negativo ao meio ambiente.



### ALMANAQUE SERTANEJO

**Diego Vivan**  
e-mail: diego.vivan@gmail.com

## Irmãs Barbosa lançam a 2ª parte do projeto “Pra Cantar Histórias”

As Irmãs Barbosa – Edna e Dinah – lançam nesta sexta-feira (07) o EP 2 do projeto “Pra Cantar Histórias” nas principais plataformas digitais. Dando sequência ao trabalho audiovisual gravado em agosto de 2024, o novo EP apresenta cinco músicas, sendo “Coincidência” a faixa foco, que chega acompanhada de videoclipe no canal oficial das artistas no YouTube.

Além de “Coincidência”, o EP traz a também:

- ✓ “Paixão”
- ✓ “Tá com raiva de mim” | “Cuida de mim” (vídeo disponível dia 11/02)

- ✓ “Uma noite especial” | “Foi pensando em você” (vídeo disponível dia 12/02)
- ✓ “Guarânia chora” (vídeo disponível dia 13/02)

“Esse projeto é uma viagem pela nossa história e pela música que nos inspira desde sempre. As releituras são homenagens a artistas que admiramos e que marcam a nossa trajetória. Foi um projeto feito com muito carinho e dedicação, espero que o público sinta a energia que queremos passar”, comenta Edna.

Dinah acrescenta: “A inédita ‘Paixão’ tem uma força especial. É uma música intensa, que fala de sentimentos que todo

mundo já viveu. Estamos animadas para compartilhar esse trabalho com o público.”

O projeto “Pra Cantar Histórias” reúne 15 faixas, sendo três inéditas – “Paixão”, “Passarinho Voa” e “Coincidência” – e 13 releituras, organizadas em formato solo e em medleys, e será lançado completo no dia 21/02. A produção musical é assinada por Orlando Baron, com direção de vídeo da Caverna Filmes.

Ouçã o EP 2: <https://onerpm.link/219018204599>



ca “Sanfona Xonada” (José Felipe e Paulo Gaúcho), destaque do primeiro disco, abriu as portas da gravadora Continental (Warner). De lá pra cá, só aumentaram sua história.

Ao longo da trajetória, as artistas acumularam momentos marcantes, como apresentações em grandes festivais de músicas sertanejas e parcerias com artistas consagrados do gênero. Além disso, se destacam por serem uma das poucas duplas femininas tradicionais em um gênero predominantemente dominado por homens, sempre valorizando a qualidade sonora e o cuidado primoroso em suas letras.

Juntas, Edna e Dinah abriram caminhos e inspiraram outras mulheres no sertanejo. Sempre na estrada, seguem conquistando novos fãs. Em agosto de 2024, gravaram o primeiro DVD da carreira e, em breve, trarão novidades ao público. Sem dúvida, são artistas comprometidas, respeitadas e promissoras, destacando-se como uma das grandes apostas do sertanejo.



# Governo federal deixa Monte Mor de fora da lista de repasses emergenciais

Monte Mor obteve reconhecimento da situação de emergência por conta das fortes chuvas e enchentes no dia 16 de janeiro, mas não está no grupo de cidades contempladas com recursos; prefeito Murilo Rinaldo busca ajuda com governador



Mesmo com reconhecimento de situação emergencial, Monte Mor ficou de fora da última lista do governo federal

Paulo Medina • MONTE MOR  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Apesar de ter obtido o reconhecimento da situação de emergência pelo governo federal em 16 de janeiro por conta das fortes chuvas e enchentes, Monte Mor não está entre as 13 cidades beneficiadas pelo repasse emergencial de recursos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A lista foi publicada nesta sexta-feira (7) no Diário Oficial da União (DOU), e contempla municípios de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás e Santa Catarina, totalizando R\$ 5,5 milhões distribuídos entre as localidades atingidas por desastres naturais.

Os valores destinados a cada município são definidos com base em critérios técnicos da Defesa Civil Nacional, considerando fatores como valor solicitado no plano de trabalho apresentado; magnitud

de do desastre registrado; número de desabrigados e desalojados; e impacto na infraestrutura da cidade.

Na lista divulgada, as cidades que receberam os maiores repasses foram Sobradinho (RS), com R\$ 1,58 milhão, Carmo da Mata (MG), com R\$ 712 mil, e Colinas (RS), com R\$ 750 mil. O único município paulista contemplado foi Santa Maria da Serra, que recebeu R\$ 585 mil.

Para acessar os recursos emergenciais, é necessário que os municípios tenham o reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública e enviem os pedidos por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). A equipe técnica da Defesa Civil Nacional analisa cada caso antes de aprovar os repasses, que são oficializados em portarias publicadas no Diário Oficial da União.

Nesta semana, o prefeito Murilo Rinaldo (PP) se reuniu com o governador de

São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e discutiu investimentos estaduais e projetos para o município contra alagamentos. O Executivo ficou de apresentar um projeto de desassoreamento para a equipe do governador a fim de viabilizar verbas estaduais ao município nesse momento de alagamentos.

Monte Mor já havia decretado estado de emergência em dezembro de 2024, situação reconhecida pelo governo federal, o que facilita o acesso a verbas, segundo a União. Como resposta, a Caixa Econômica Federal também antecipou o pagamento do Bolsa Família para mais de 4 mil moradores.

Nos primeiros seis dias de fevereiro, Monte Mor registrou um acumulado de 183,69 mm de chuva, um aumento de 545% em relação ao mesmo período do ano passado. A Defesa Civil Nacional alegou que não há pedido de recursos para socorro e assistência humanitária ao município.

## Tribuna Legal

**Andressa Martins**

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

**andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia**  
**End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP**  
**Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504**

## STJ define que aviso prévio indenizado não conta para tempo de contribuição

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu, nesta quinta-feira (6), o julgamento do Tema 1238, estabelecendo que o aviso prévio indenizado não pode ser computado como tempo de contribuição para fins previdenciários. Apesar da decisão já ter sido firmada, ainda é necessário aguardar a publicação do acórdão para verificar possíveis efeitos moduladores.

**PREVALÊNCIA DO ENTENDIMENTO CONTRÁRIO À CONTAGEM**

O julgamento teve início em 28 de agosto de 2024, quando o ministro Mauro Campbell votou favoravelmente ao reconhecimento do aviso prévio indenizado como tempo de contribuição. No entanto, o ministro Gurgel de Faria apresentou voto divergente, argumentando que esse período não deveria ser considerado.

Após um pedido de vista, o debate foi retomado e o entendimento contrário prevaleceu. Com essa definição, o STJ impede que o aviso prévio indenizado seja utilizado no cálculo da aposentadoria e de outros benefícios previdenciários.

**O QUE TRATA O TEMA 1238?**

O Tema 1238 discute se o período de aviso prévio indenizado pode integrar o tempo de contribuição para aposentadoria e outros benefícios previdenciários. Esse tipo de aviso ocorre quando um trabalhador é dispensado sem justa causa e recebe a indenização correspondente ao período, sem a necessidade de cumprir efetivamen

te o aviso na empresa. O principal questionamento era se esse intervalo poderia ser contado para fins previdenciários, dúvida que agora foi solucionada pelo STJ.

**QUAIS SÃO OS PRÓXIMOS DESDOBRAMENTOS?**

A decisão do STJ, embora recente, foi tomada em sede de recurso repetitivo, o que significa que tem aplicação imediata, podendo ser utilizada tanto em processos futuros quanto em ações em curso.

Ainda assim, é necessário aguardar a publicação oficial e os prazos recursais para entender se haverá alguma modulação dos efeitos em processos já iniciados ou com julgamento pendente.

**IMPACTO SOBRE O TEMA 250 DA TNU**

Em 2021, a Turma Nacional de Uniformização (TNU) definiu no Tema 250 que o aviso prévio indenizado deveria ser considerado para todos os fins previdenciários, incluindo o tempo de contribuição para aposentadoria.

Com a recente decisão do STJ, que possui hierarquia superior, esse entendimento deve ser revisto, ajustando-se à nova orientação jurisprudencial. Dessa forma, espera-se que a TNU modifique sua tese para alinhar-se à decisão firmada pelo STJ.

Gostou do conteúdo? Continue acompanhando nossa coluna semanal para mais informações sobre benefícios previdenciários e outros temas importantes! Tenha um excelente domingo.

## ESTRADAS RURAIS

# Nova Odessa prossegue com manutenção emergencial em vias do ‘Pós-Anhanguera’

**Da Redação • NOVA ODESSA**  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As equipes da Diretoria de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Obras de Nova Odessa aproveitaram mais um dia sem chuvas constantes e deram continuidade nesta sexta-feira (07) aos trabalhos de recuperação emergencial das vias rurais mais prejudicadas pelas chuvas que atingiram a região entre o final de janeiro e este início de fevereiro.

Nos primeiros 36 dias do ano, choveram cerca de 480 milímetros em Nova Odessa, o equivalente a 480 litros de água por metro quadrado, deteriorando as condições de tráfego em muitas das vias não pavimentadas e rurais da cidade – muitas delas de acesso a bairros de chácaras de veraneio.

Desde a última segunda-feira, as equipes atuaram nos acessos aos bairros de chácaras Vale dos Lírios e Recanto Solar, na região da Fazenda Velha, e em seguida na Estrada Eduardo Karklis e no trecho não pavimentado da Avenida Brasil. Nesta sexta, o time passou para o lado oposto da cidade, atendendo aos bairros Chácaras Recreio Represa, Las Palmas e Acapulco (todos da região conhecida como “Pós-Anhanguera”).

**Prefeitura atua durante toda semana em ações de manutenção e reparo nos bairros de Nova Odessa**

Antes mesmo de chegar ao Pós-Anhanguera, bem cedo, a equipe de servidores da Garagem Municipal trabalhou com a motoniveladora em um trecho muito afetado da via não pavimentada que dá acesso da Rodovia Arnaldo Júlio Mauerberg, no Distrito Industrial 1, à Represa do Laurindo. Em seguida, seguiram para o Pós-Anhanguera propriamente dito.

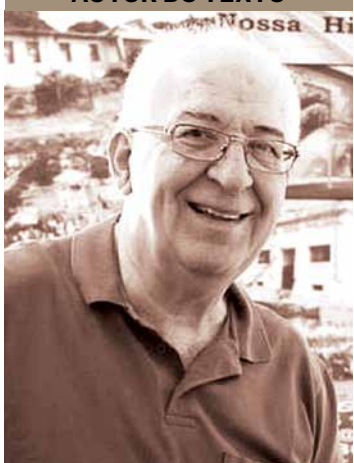
Cruzando a rodovia, já na subida da Rua Rio Camanducaia, nas Chácaras Recreio Represa, foi feita a fresagem e nivelamento do solo com a máquina “patrol” (motoniveladora), removendo a lama que se acumulou sobre o piso. A “patrol” também fez a recuperação dos trechos mais críticos da Rua Rio Tietê.

Já nas Ruas Rio Piracicaba e Rio Jundiá, foram aplicadas pedras dos tipos “3” e “bica corrida”, e feita a compactação com a máquina rolo compactador, além de ter sido feita a retificação do solo com a motoniveladora.

O trabalho das diversas equipes municipais mobilizadas na limpeza e manutenção pós-chuvas continua diariamente em Nova Odessa, incluindo as Secretarias de Obras e de Meio Ambiente, a Coden Ambiental e a empresa contratada para o serviço de hidrojateamento de calçadas, guias, bocas de lobo e galerias de águas pluviais.



AUTOR DO TEXTO



Alaerte Menuzzo

Professor de História e  
Diretor da Pró-Memória

O acervo documental da Associação Pró-Memória de Sumaré é muito rico. Estima-se que possua mais de 250.00 papéis, arquivados principalmente em caixas e pastas suspensas. Tem cerca de 170.00 fotos digitalizadas, coleções de jornais, livros editados, livros manuscritos, mapas antigos, cerca de 5.000 vinis de música erudita e outros documentos importantes relacionados com a História do Município de Sumaré. Sua diretoria está empenhada em higienizar e digitalizar todos os papéis desse acervo e, na sequência, colocá-los no sistema de nuvem da Internet.

Um desses documentos é o Livro Caixa do Clube Recreativo Sumaré, iniciado em 6 de abril de 1950. Lembramos que fundação oficial dessa entidade ocorreu no dia 13 de março de 1950, através da fusão dos dois clubes tradicionais da cidade, que estavam com suas atividades paralisadas: o Clube Recreativo e Esportivo Alliança, fundado em 1918, e o Grêmio Esportivo Paulista, fundado em 1907. Tão logo aconteceu a fusão, deu-se a eleição e posse da primeira Diretoria do clube, presidida por José Maria Matosinho.

Nesse livro, uma importante parcela da História do Recreativo está registrada. O texto a seguir, tirado desse documento, mostra como era a atividade cultural, social e esportiva desse tradicional entidade.

O **FUTEBOL** era sua principal atividade esportiva. O clube pagava

# O Recreativo em 1950



Sede social da Sociedade Italiana de Rebouças ou Grêmio Esportivo Paulista

anuidade à Liga Campineira de Futebol. Em 31 de maio o Recreativo pagou a passagem ferroviária para Adolfo Menuzzo (Dido) ir comprar artigos esportivos para o clube, na capital. O livro registra despesas havidas com jogos das equipes principal e juvenil, contra times da região, como Marianos de Nova Odesa, Diabos Negros, Valinhense, Vila Industrial, Floresta, União Marianos, Seleção de Nova Odessa e Pecuária. Também há registro de despesas com a realização de um torneio, denominado Festival da Independência.

O **PING-PONG** também foi lembrado, com gastos de deslocações e materiais. Essa modalidade ficou famosa pelas grandes atuações das equipes do Alliança no cenário regional e estadual. Em 13 de agosto houve a menção de despesas com um jogo contra o Clube Dom Bosco de Campinas.

O **CINEMA**, atividade muito desenvolvida nas antigas sedes do Alliança e Paulista (ou Sociedade Italiana de Rebouças),

foram restauradas em algumas salas alugadas. A nova sede social estava em construção, daí a utilização de outros espaços na cidade. Lembramos que essas exposições, em anos anteriores, foram de responsabilidade do sócio Henrique Pedroni, que continuou exercendo essa atividade no recém fundado clube.

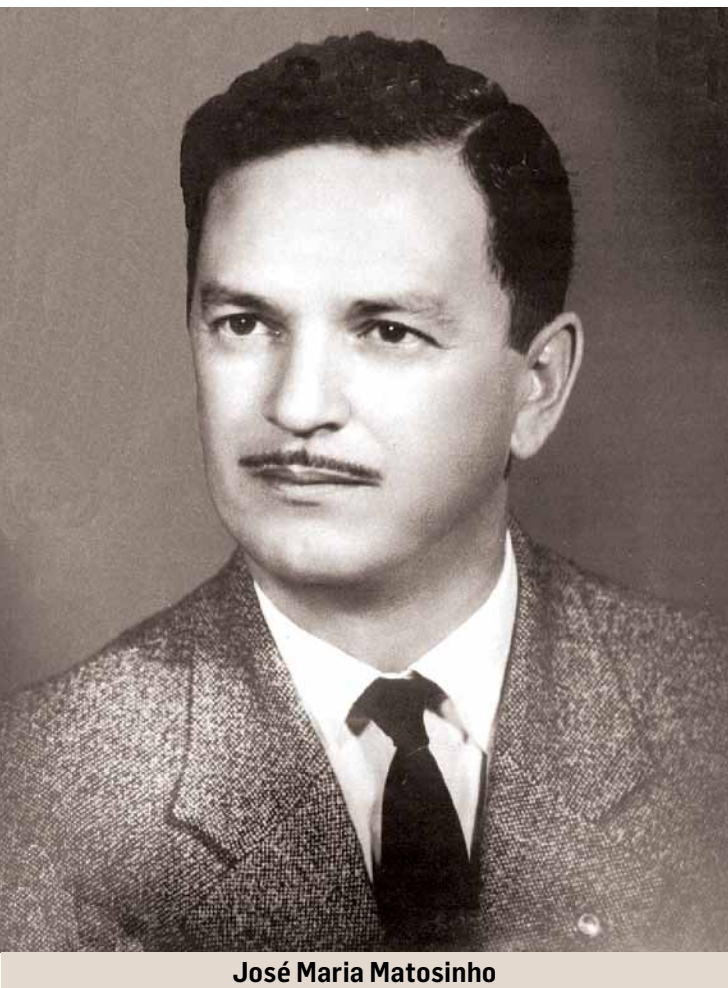
Como dissemos, nesse ano de transição, a nova Diretoria estava com a sua nova sede social, na Rua Antônio Jorge Chebabi, em construção, em terreno que pertencia a Eduardo de Vasconcellos (Nino). A velha construção, demolida, era a sede social do Alliança. A sede do Paulista estava intacta, mas em uma área considerada distante do centro. Provisoriamente, a sede social funcionava num salão provisório, na Rua 7 de Setembro n. 167, pertencente a Santo Pascoal Basso; as projeções cinematográficas aconteciam num imóvel de Santo Cia.

Além desses três imóveis, há registros de despesas com outros três

prédios: da antiga sede do Paulista, na 5ª. Travessa n. 230 (atual Rua José Maria Miranda), de propriedade agora do Recreativo; de um prédio do sr. Alberto Biondo e de um terceiro imóvel, do sr. Juvenal Gomes Barroca (Naná).

Cabe uma menção importante sobre os imóveis de Santo Cia, Alberto Biondo e Juvenal Gomes Barroca. Por mais que investigássemos, não conseguimos identificar esse imóvel do sr. Santo Cia, que servia para as exposições cinematográficas. Juvenal, o Naná, morou numa pequena casa num imóvel vizinho do sr. Santo Basso. Mas essa casa pertencia ao sr. Luiz Lorençatto Filho, o “Gigeto”. Então, não sabemos a que imóvel se referia esse pagamento.

Finalmente, o sr. Alberto Biondo tinha um pequeno salão, vizinho de sua residência, na Praça da República, que foi utilizado como cinema. Eu mesmo assisti uma exibição de um filme nesse local. Era o



José Maria Matosinho

primeiro prédio da Praça da República, à direita de quem some, que mais tarde seria demolido para o alargamento da Avenida Júlia de Vasconcellos Bufarah.

Os primeiros zeladores e cobradores que passaram pelo clube são mencionados pelos pa-

gamentos feitos: Alfredo Marques Pereira e Benedito de Matos. Eles faziam um serviço duplo: manutenção da sede social e recebimento de mensalidades. Era um serviço indispensável para a vida do clube, que vivia apenas das mensalidades de sócios.







ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SUMARÉ



ÓTICA CARON desde 1950  
óculos • jóias • relógios



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ desde 1982





CRECI J 19470  
Cordenonsi Assessoria Imobiliária Ltda  
(19)3828-7997/3883-2554  
www.dszimobiliaria.com.br



DESDE 1977  
3803-1330 eldoradoimoveis.com.br



Sistemas de Segurança



TECNOLOGIA EM PLÁSTICOS E FIOS TÉCNICOS



Telefone (19)3873-4877  
e-mail: g2@g2cnt.br





Assessoria Empresarial



## CARNAVAL DO CENTENÁRIO DE SUMARÉ



Um dos pontos altos da comemoração do Centenário de Sumaré em 1968, foi o Carnaval de Rua, com Escola de Samba de nossa cidade, inclusive. A foto registra um desses momentos, que atraiu um grande público.

## ÔNIBUS PAPA-FILA DA 3M



Por alguns anos a multinacional 3M do Brasil, de Sumaré, transportava seus funcionários em um ônibus conhecido como papa-fila. Esse veículo era utilizado no transporte urbano da capital e a empresa 3M comprou duas unidades, para transportar seus funcionários para Campinas e Sumaré. A foto é da década de 1950.

## DE PINEDO CAUSO

De Pinedo Caúso morava em frente à atual rodoviária de Sumaré e era casado com Norma Ravagnani, com quem teve três filhos: Francisco De Pinedo de Jesus Caúso (Kiko), Rui David de Jesus Caúso e Eritânia Aparecida de Jesus Caúso Moraes. Foi Guarda Rodoviário do Estado de São Paulo, Policial Civil, empresário e aposentou-se como funcionário público estadual. De Pinedo Caúso viveu 63 anos na cidade de Sumaré, era muito conhecido e tinha grandes amigos no meio político. Faleceu em 2008, deixando um legado importante para a cidade.



## MARIA ESTELA E MARLENE



Estas duas jovens estão caracterizadas para o tradicional Baile Junino do Clube Recreativo Sumaré, na década de 1950. São elas: Maria Estela Scrocca e Marlene Aparecida Menuzzo.

## ADHEMAR DE BARROS EM SUMARÉ



Na campanha eleitoral para a eleição de Governador do Estado de São Paulo, o candidato Adhemar de Barros visitou Sumaré. Na porta da Subprefeitura de Sumaré (hoje Centro de Memória "Thomaz Didona") houve uma manifestação política, com discursos. A foto mostra um desses momentos, com José Maria Matosinho discursando. Foto de 1946.

## BAR DO ESTÁDIO LUIZ FRUTUOSO



Registro fotográfico da década de 1950, mostrando o Bar do Estádio Luiz Frutuoso, do Clube Recreativo Sumaré, com alguns de seus frequentadores. Identificamos as seguintes pessoas, da esquerda para a direita, (...), (...), Natalino Giometti, Turíbio Espiridião da Silva, Ivo Naufal Gantuz, Francisco Assis do Valle, Ludovico José Hass (Pelé) e João Ferreira Quental. Dentro do bar aparecem Pedro Gigo e Leonardo Coltro.



# Além da Saúde, Sumaré estuda PPPs para alavancar Educação

Secretário de Educação de Sumaré, Danilo de Azevedo, desenvolve planos para buscar parcerias com a iniciativa privada para injetar investimentos, melhorar infraestrutura e aumentar oferta de vagas

Paulo Medina • SUMARÉ  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O governo Henrique do Paraíso está avaliando novas formas de impulsionar a educação no município por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). O objetivo é buscar colaborações com a iniciativa privada para fortalecer a infraestrutura educacional, ampliar a oferta de vagas e modernizar os espaços públicos de aprendizado.

O secretário de Educação de Sumaré, Danilo de Azevedo, confirmou os planos da administração municipal para explorar as possibilidades dessas parcerias. “Sim, estamos desenvolvendo planos para buscar parcerias com a iniciativa privada, especialmente por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que podem trazer benefícios significativos para a Educação no município. Essas parcerias são uma oportunidade de alavancar recursos e expertise do setor privado para



Gestão Henrique do Paraíso realiza estudos e se aproxima da iniciativa privada para investir nas escolas de Sumaré

ra melhorar a infraestrutura, ampliar a oferta de vagas e implementar projetos educacionais inovadores”, afirmou.

Segundo o secretário, essas parcerias podem viabilizar a construção e manutenção de escolas mo-

ternas, equipadas com tecnologia de ponta, além da criação de espaços como laboratórios maker e bibliotecas digitais. “Essas ações podem transformar a experiência educacional e oferecer aos alunos ambientes mais adequados e

motivadores para o aprendizado”, destacou.

Outros benefícios potenciais incluem programas de formação para professores, disponibilização de materiais pedagógicos, projetos voltados à educação ambiental e sustenta-

bilidade, e iniciativas para fomentar o empreendedorismo jovem, conectando a educação ao mercado de trabalho.

“Estamos comprometidos em buscar soluções colaborativas que fortaleçam a educação em Su-

maré, sempre garantindo que essas parcerias sejam feitas com responsabilidade, transparência e com foco no benefício direto para nossos alunos e profissionais da educação”, concluiu o secretário.

Paralelamente aos estudos sobre PPPs na Educação, Sumaré também avalia uma Parceria Público-Privada para a construção do novo hospital municipal, visando dar mais celeridade aos procedimentos e aprimorar o atendimento à população.

O prefeito avalia que a criação de um hospital público tem de ser moderna e estruturada para atender à demanda crescente por serviços de saúde na cidade.

Apesar de não haver um prazo exato para o início das obras, o prefeito revelou que o passo inicial é realizar o processo de licitação e que mais detalhes serão divulgados após a conclusão dessa etapa de trabalho.

A iniciativa tem o objetivo de oferecer atendimento médico de modo a aliviar a sobrecarga no sistema de saúde, hoje capitaneado pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e garantir melhores condições de tratamento para os pacientes de Sumaré, que apesar de terem um Hospital Estadual, não têm à disposição atendimento exclusivo desta unidade.

## DISCUSSÃO NO LEGISLATIVO

# PL de Wellington Souza pede dobro de tolerância a pessoas com TEA em estacionamentos de Sumaré

ALMa RaBiScAdA



Éd Brambilla

professor, contista, cronista e poeta

@ed\_brambilla

Conselho amoroso

Se for o caso de amar, ama vestido de consciência. Deixa o oceano da mente levar-te nas ondas das reticências (...) Anda, não perca o teu chão, ponha uma mordaca na boca do teu coração.

.....

Amor sem consciência é danoso, porque arranca qualquer um do seu juízo. É o típico amor desastroso, que arrasta os iludidos no caminho pedregoso do prejuízo.

.....


O amor enganoso, além de trazer prejuízo financeiro, traz, também, dano moral, que custa muito mais que dinheiro.

.....

Se acaso cair nesse amor vespeiro, para por um segundo, aqueta-te, respira fundo. Siga este conselho: não se permita levar por pretextos, volta ao início desta prosa e guarda bem o primeiro parágrafo deste texto:

.....

“Se for o caso de amar, ama vestido de consciência. Deixa o oceano da mente levar-te nas ondas das reticências (...) Anda, não perca o teu chão, ponha uma mordaca na boca do teu coração.”



SECRETARIA

DIVULGAÇÃO

Wellington defende período maior sem cobrança de taxa de estacionamento para grupo social de Sumaré

JARDINAGEM FELIZ

19 98265-1583

jardinagemfeliz23@gmail.com

✓ Roçagem

✓ Podas de Árvores

✓ Planta Grama

✓ Limpeza

✓ Serviços Gerais

Paulo Medina • SUMARÉ  
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Um projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de Sumaré propõe ampliar o período de tolerância para a saída de determinados grupos de estacionamentos privados, como shopping centers e centros comerciais. O PL concede o dobro do tempo de tolerância para idosos, pessoas com deficiência, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down, bem como seus acompanhantes.

A proposta, de autoria do vereador Wellington Souza (PT), visa garantir maior acessibilidade e comodidade para essas pessoas ao utilizarem estacionamentos em estabelecimentos privados.

De acordo com o texto do projeto, o tempo de tolerância corresponde ao período entre a entrada e a saída do estabelecimento, no qual não há cobrança de taxa de estacionamento. O projeto também determina que, em caso de descumprimento, os estabelecimentos estarão sujeitos às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Caso aprovado, o Poder Executivo será responsável por regulamentar a lei e fiscalizar seu cumprimento. A proposta está em tramitação na Câmara Municipal e aguarda votação.

“O Projeto de Lei tem como objetivo garantir maior

acessibilidade e inclusão para pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down, bem como seus acompanhantes, ao utilizarem estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos semelhantes. Esses grupos frequentemente enfrentam desafios adicionais ao se deslocarem, como dificuldades de mobilidade, necessidade de suporte de terceiros e tempo extra para embarque e desembarque com segurança. O tempo padrão de tolerância oferecido por esses estabelecimentos pode ser insuficiente para que essas pessoas realizem suas atividades de forma tranquila e segura, o que pode resultar em cobranças indevidas e transtornos desnecessários”, afirma o parlamentar.

Para ele, ao conceder o dobro do período de tolerância, o projeto visa garantir um tratamento “mais justo e humanizado a esses cidadãos”.

“Além disso, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) protege os direitos dos consumidores contra práticas abusivas, e esta proposta reforça essa proteção ao assegurar um direito que respeita as condições específicas desses grupos vulneráveis”, completa.